

ANÁLISE TIPOLOGICA DO ACERVO DE MANUSCRITOS DA COLEÇÃO GARIBALDINA (1754 a 1886)¹

Nayara Régis Franz²

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo desenvolver uma análise tipológica do acervo de documentos manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina (1754 a 1886), um arquivo histórico originado de acumulação privada do arquiteto Wolfgang Ludwig Rau, que em 2001 tornou-se público pela aquisição do governo do estado de Santa Catarina. Desse modo, o tema da pesquisa é a aplicação da Tipologia Documental em documentos de arquivo histórico ou permanente. Para isso, utiliza-se a metodologia desenvolvida pela autora Heloísa Liberalli Bellotto na obra *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo* (2002). Os resultados do trabalho permitiram a compreensão do contexto de aquisição da Coleção Garibaldina e a construção de dois quadros que apresentam os elementos de categoria, espécie e tipo documental identificados no conjunto de manuscritos à tinta ferrogálica da coleção.

Palavras-chave: Tipologia Documental; Arquivo histórico; Coleção Garibaldina.

ABSTRACT

This Course Conclusion Work aims to develop a typological analysis of the set of handwritten documents in ferrogallic ink from Garibaldina Collection (1754 a 1886), a historical archive originated from a private accumulation of the architect Wolfgang Ludwig Rau, which in 2001 became public through the acquisition of the government of Santa Catarina State. Thus, the theme of the research is the application of Document Typology in historical or permanent archive documents. For this, the methodology developed by the author Heloísa Liberalli Bellotto in her work *How to do diplomatic analysis and typological analysis of archive documents* (2002) is used. The results of the work allowed the understanding of the context of acquisition of the Garibaldina Collection and the construction of two tables that present the elements of category, species and document type identified in the set of manuscripts in ferrogallic ink of the collection.

Keywords: Documentary Typology; Historical Archive; Garibaldina Collection.

1 INTRODUÇÃO

O acervo chamado de Coleção Garibaldina é um conjunto de documentos heterogêneos, de diferentes naturezas, formatos e suportes, que foram acumulados pelo arquiteto Wolfgang Ludwig Rau (1916-2009) ao longo de sua vida. Rau nasceu na Suíça, mas seus pais imigraram para o Brasil no contexto da crise de 1929, seguida pela ascensão dos partidos totalitários na Europa. A família chegou ao município catarinense de Lages quando Rau tinha 14 anos de

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientação: Prof. Dr. Cezar Karpinski.

² Graduanda em Arquivologia. Mestra em História. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: nayarafranz@gmail.com

idade. Mais tarde, ele se formou em arquitetura e construiu uma carreira sólida em Santa Catarina, fazendo parte da identidade arquitetônica do estado (SUIÇOS NO BRASIL, 2019). Rau é reconhecido por ter projetado diversas obras que se tornaram referência para a cultura e a história de Santa Catarina, como o Cine Marajoara, em Lages (1947), o Cine Mussi, em Laguna (1950), e o Cine São José, em Florianópolis (1954) (ELÍBIO JÚNIOR, 2014).

Wolfgang L. Rau foi naturalizado brasileiro em 1940, e além dos projetos de arquitetura, também se dedicou a pesquisar a história de Anita Garibaldi. Conhecido em Laguna como o “historiador de Anita”, Rau escreveu biografias³ sobre a personagem e reuniu o maior acervo conhecido sobre o casal Anita e Giuseppe Garibaldi, com documentos e objetos acumulados ao longo de décadas (ELÍBIO JÚNIOR, 2014).

Desse modo, a chamada Coleção Garibaldina é resultado de um acervo privado acumulado por Wolfgang L. Rau. Em 2001, o acervo foi comprado pelo governo do estado de Santa Catarina, a partir da Lei nº 11.713, pelo valor de 100 mil reais. Desse modo, entender as especificidades de um arquivo privado que se torna público faz-se necessário para a análise do contexto arquivístico dos documentos que fazem parte da coleção. Dentre os objetos constantes do acervo, interessa especificamente para esta pesquisa um conjunto de documentos manuscritos à tinta ferrogálica, datados de 1754 a 1886, e que constam no inventário “Coletânea Garibaldina: Anita Garibaldi de Wolfgang Ludwig Rau” (ATECOR, 2005).

Entende-se que, do ponto de vista arquivístico, a partir do momento em que a “Coleção Garibaldina” foi adquirida pelo estado de Santa Catarina, essas obras, embora de caráter privado, passam a constituir documentos arquivísticos públicos. Isso porque, de acordo com a Lei nº 8.159, define-se como arquivo público:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias (BRASIL, 1991).

Assim, se o conjunto documental de manuscritos à tinta ferrogálica pertencente à Coleção Garibaldina não é um arquivo público pela produção, o é pela recepção, pois foi recebido pelo governo estadual durante o exercício das suas atividades. Ainda de acordo com a

³ O livro mais conhecido de Wolfgang Ludwig Rau é *Anita Garibaldi: o perfil de uma heroína brasileira*, publicado em 1975. Mas há outros, como: *Vida e Morte de José e Anita Garibaldi* (1989) e *Cronologia de Giuseppe e Anita Garibaldi, 1807-1882* (1982).

mesma lei, os arquivos privados, que são “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”, podem ser “identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, 1991, não paginado).

Nesse sentido, a aquisição do conjunto de manuscritos pertencentes ao acervo de Wolfgang L. Rau pelo estado de Santa Catarina, transforma-o em arquivo público, mesmo sendo, originalmente, de caráter privado. Essa constituição se deve à consideração do poder público de que esta coleção servia às funções e atividades do estado, uma vez que o acumulador se dedicava a biografar Anita Garibaldi, personalidade pública e notoriamente importante para a história de Santa Catarina. Neste caso, a aquisição confirma o valor permanente deste acervo, e assegura o seu tratamento por meio da legislação, uma vez que recursos públicos foram destinados à preservação do acervo que se considerou de interesse público e social.

Embora receba o nome de coleção, cujo conceito pode ser definido como “um conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52), o próprio Wolfgang L. Rau se via mais como um acumulador do que colecionador. Na época da transação, Rau afirmou que estava vendendo o acervo para o estado porque não tinha mais condições de guardar os documentos, e acreditava ter cumprido o seu dever durante décadas de acumulação e pesquisas do material (RAU apud ELÍBIO JR., 2014, p. 5).

O acervo da Coleção Garibaldina abrange tanto objetos tridimensionais quanto documentos de característica arquivística. O tratamento do conjunto documental de manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina é objeto de projeto de pesquisa em desenvolvimento na UFSC, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do estado de Santa Catarina (FAPESC) (KARPINSKI, 2020). O referido projeto tem sua sede no Laboratório de Conservação e Restauração da UFSC (LABCON), em parceria com o Atelier de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (ATECOR), que atua diretamente junto aos acervos da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). A conservação dessa documentação encontra-se em curso e visa estabilizar ações decorrentes dos agentes degradantes ao papel. Segundo membros do projeto de pesquisa do LABCON, “a coleção é formada por manuscritos à tinta ferrogálica dos séculos XVIII e XIX que passarão por análise instrumental e, posteriormente,

por procedimentos de estabilização” (LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS, 2021). Por essa razão, no momento não é recomendado o manuseio desses documentos. Quando a estabilização estiver concluída, o projeto espera promover o acesso desses manuscritos por meio da digitalização.

Considerando o exposto, o tema desta pesquisa é a análise tipológica de documentos de arquivo permanente, a partir de um estudo de caso sobre os manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina. Por não estarem disponíveis para a pesquisa, a análise foi efetuada a partir do inventário desse conjunto documental, produzido em 2005 pela ATECOR e disponibilizado sob a forma de empréstimo para o presente trabalho. O problema que moveu a pesquisa não pode se resumir a uma pergunta, pois está na fronteira entre o que se entende por arquivo público e privado, contexto de produção, aquisição e custódia, arquivo histórico, instrumentos de pesquisa e análise tipológica. Além disso, a especificidade do acervo e o curto tempo disponível para a pesquisa impôs um planejamento voltado à compreensão da Coleção Garibaldina e do seu acervo de manuscritos à tinta ferrogálica.

Apesar da impossibilidade do manuseio dos manuscritos, a justificativa deste Trabalho de Conclusão de Curso vai justamente ao encontro da preservação e da organização dessa documentação, uma vez que a identificação dos tipos documentais pode fomentar outras pesquisas sobre organicidade e proveniência, difundindo, dessa forma, documentos que formam um arquivo histórico catarinense. Além disso, justifica-se o trabalho pela relevância para pesquisas nas áreas de História e Paleografia, tendo em vista o desconhecimento de sua existência por grande parte dos pesquisadores.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi o de desenvolver uma análise tipológica documental no conjunto de manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina, a partir do inventário disponibilizado. A matriz para o desenvolvimento da pesquisa foi a metodologia da Tipologia Documental nos moldes propostos pela autora Heloísa Liberalli Bellotto (2002).

A Tipologia Documental é um estudo do documento enquanto componente de conjuntos orgânicos, integrantes da mesma série documental, e reunidos por corresponderem às mesmas atividades. A Tipologia Documental também pode ser chamada de Diplomática Arquivística ou de Diplomática Contemporânea, porque a sua preocupação parte da Diplomática, mas estuda menos a estrutura, forma ou tradição, e mais a tipologia dos documentos (DELMAS, 1998 apud BELLOTTO, 2002).

De acordo com Rodríguez (2011, p. 65), a Tipologia Documental diferencia-se da Diplomática ao deslocar “o foco de análise do documento isolado para o documento orgânico”, o objeto de estudo da Arquivologia. Conforme Bellotto (2002, p. 19-20), a Tipologia Documental “é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”. Se o objeto da Diplomática “é a estrutura formal do documento”, o objeto da Tipologia “é a lógica dos conjuntos orgânicos”, concentrando-se na relação dos documentos com as atividades institucionais ou pessoais da entidade produtora ou acumuladora (BELLOTTO, 2002).

Tanto a análise diplomática quanto a tipológica podem auxiliar o fazer arquivístico e servirem de estudos úteis para as funções de classificação, avaliação e descrição. No entanto, se o emprego da Diplomática surgiu no século XVI - debruçado principalmente sobre os documentos medievais - o emprego da Tipologia Documental é mais recente, pois foi iniciado em meados da década de 1980, pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri (BELLOTTO, 2002).

Também foi na Espanha que surgiu e vem se consolidando o termo “identificação” do documento de arquivo, fundamentado na Diplomática e na Tipologia Documental (FABEN; RODRIGUES, 2018, p. 430). Para Rodrigues (2008, p. 53), a identificação necessita de mais estudos e desenvolvimento de literatura, mas deve ser entendida como a “primeira fase do tratamento técnico” para a Arquivologia, já que ela propõe as bases para as funções de classificação, avaliação e descrição. Ela pode ser aplicada em qualquer fase do ciclo de vida dos documentos, e no arquivo histórico muitas vezes precisa lidar com alterações de contextos e características próprias da acumulação dos acervos.

Segundo Rodrigues (2008), a identificação é a atividade normalizada pela Tipologia Documental, que busca identificar os elementos dos documentos de arquivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que durante a análise tipológica identifica-se os elementos dos documentos, indo em busca da sua gênese. Os elementos a serem identificados são tanto internos quanto externos aos documentos de arquivo.

Seguindo a metodologia da Bellotto (2002), o elemento inicial da análise diplomática é a decodificação do documento: parte-se da espécie; e pela ótica da Arquivística o elemento inicial é a entidade produtora: parte-se da proveniência, o “princípio básico da Arquivologia

segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Em respeito ao princípio de proveniência, foi estabelecido como objetivo específico analisar o contexto de aquisição da Coleção Garibaldina, considerando que as relações entre arquivo privado e arquivo público dizem respeito à origem deste conjunto documental.

Assim, o presente artigo se estrutura em cinco seções, contando com essas considerações iniciais como a primeira delas. Na seção dois apresenta-se a metodologia, o que inclui as classificações da pesquisa, a bibliografia, e os instrumentos realizados para alcançar os objetivos do trabalho. Na seção três efetuou-se a análise do contexto de aquisição da Coleção Garibaldina, aprofundando questões que dizem respeito à proveniência e a organicidade dos documentos, e ressaltando a importância da aquisição enquanto função arquivística na concepção dos manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina como um arquivo público e permanente. Na seção quatro, partindo da história de constituição do fundo, apresenta-se a análise tipológica dos manuscritos. E na seção cinco faz-se as considerações finais sobre o tema e o desenvolvimento da pesquisa.

Como principais resultados, obteve-se a compreensão do contexto de aquisição do acervo da Coleção Garibaldina, incluindo entendimentos das suas características de proveniência e organicidade. Também se obteve um desempenho satisfatório da metodologia aplicada de análise tipológica, o que proporcionou o levantamento de dados qualitativos e quantitativos, sobre os quais foi possível construir dois quadros de apresentação destes resultados.

Por fim, a leitura minuciosa do inventário e o exercício da análise tipológica levantaram outras questões, como, por exemplo, as especificidades contidas nos manuscritos, que remontam, mais uma vez, as características da proveniência e da aquisição da Coleção Garibaldina. Isto traz como conclusão a necessidade de pesquisas interdisciplinares sobre o contexto de produção dos documentos e de como se constituíram de uma coleção particular. Essas singularidades mostram a complexidade do acervo frente às questões políticas, históricas e culturais que fazem parte da história catarinense.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver uma análise tipológica do conjunto de documentos manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina, esta pesquisa seguiu uma metodologia que pode ser classificada como descritiva e exploratória. Descritiva porque apresenta e faz relações entre as variáveis do seu objeto, e exploratória porque “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (MENEZES, 2009, p. 16-17).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esta pesquisa é bibliográfica e documental, porque foi elaborada com o auxílio de material já publicado, mas também investigou e coletou informações contidas em fontes de informações que ainda não receberam tratamento analítico. Ao mesmo tempo, este trabalho pode ser classificado como um estudo de caso, já que “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (MENEZES, 2009, p. 16-18).

Em relação à abordagem, este trabalho é quali-quantitativo. A abordagem quantitativa é uma coleta de dados do material em relação ao que pode ser traduzido em números (MENEZES, 2009, p. 16), e neste estudo de caso ela permitiu levantar a quantidade de fichas presentes no inventário, bem como a quantidade de categorias, espécies e tipos documentais identificados em cada um dos manuscritos contidos neste instrumento. Já com a abordagem qualitativa foi possível realizar a descrição e a interpretação destes e de outros dados encontrados durante o processo de pesquisa.

Em relação à finalidade, a pesquisa é de natureza aplicada, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos” (MENEZES, 2009, p. 15-16). O instrumento selecionado para a aplicação prática foi o método de análise tipológica desenvolvido pela autora Bellotto, na obra: *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo* (2002). Esse método não é rígido, e o presente trabalho procurou adaptá-lo para as especificidades encontradas no objeto selecionado: o inventário de documentos manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina. Portanto, não se pretende esgotar as possibilidades de análises tipológicas ou delimitar um único formato de análise. Ao invés disso, pretende-se criar um ponto de partida que pode ter continuidade de análises em futuros trabalhos.

Outros instrumentos utilizados para a pesquisa foram, essencialmente, fichamentos. Algumas das leituras foram iniciadas durante as disciplinas do núcleo específico do curso de

Arquivologia da UFSC, e foram revisadas para os objetivos definidos. Além do livro já citado de Bellotto (2002), também foram realizados fichamentos das obras: *Arquivos Permanentes: tratamento documental* (BELLOTTO, 2006); *Les principes et les fonctions archivistiques* (COUTURE; LAJEUNESSE, 2014); *Funções Arquivísticas: contribuições para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação* (SOUSA, 2013); e *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos* (RODRIGUES, 2008).

Outras leituras foram encontradas em consultas específicas para esta pesquisa, que foram realizadas no repositório da UFSC e em buscas simples no *Google*, que levantaram notícias e artigos relacionados com a Coleção Garibaldina. Nesse sentido, foram fichados dois textos, em especial, dos autores Richter (2016) e Elíbio Júnior (2014).

Ainda foram realizadas buscas na BRAPCI, a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, que, mediante as palavras-chave “Diplomática” e “Tipologia Documental”, encontraram mais três artigos utilizados e fichados para esta pesquisa: *A representação na arquivística contemporânea* (TOGNOLI, 2012); *Identificação de documentos de arquivo no Brasil: um olhar sobre as práticas em Arquivologia* (FABEN; RODRIGUES, 2018); e *Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental* (RODRÍGUEZ, 2011).

Desse modo, a presente pesquisa reuniu uma bibliografia de apoio para chegar aos seus objetivos. Para o primeiro deles: a análise tipológica a partir do inventário de manuscritos à tinta ferrogálica, a principal referência foi a obra de Bellotto (2002). E quanto ao contexto de aquisição da Coleção Garibaldina, os artigos de Richter (2016) e Elíbio Júnior (2014) foram fundamentais. As demais referências foram utilizadas para enriquecer o diálogo do ponto de vista da Arquivologia e para dar respaldo às fundamentações teórico-metodológicas da pesquisa.

3 O CONTEXTO DE AQUISIÇÃO DA COLEÇÃO GARIBALDINA

O contexto de aquisição da Coleção Garibaldina foi previamente discutido, pelo menos, por dois autores, ambos da área de História: Antônio Manoel Elíbio Júnior (2014), que considerou que a aquisição provocou um processo de musealização dos objetos da Coleção

Garibaldina, e Fabio Andreas Richter (2016), que analisou como a aquisição do acervo pelo poder executivo estadual “elevou” a Coleção Garibaldina à posição de patrimônio.

Pela perspectiva da Arquivologia, cabe analisar a aquisição da Coleção Garibaldina enquanto uma das funções arquivísticas, que são entendidas como processos fundamentais do exercício do profissional arquivista. Carol Couture e Jean-Yves Rosseau (1998) definem sete funções arquivísticas: criação ou produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, preservação e difusão. Essas funções abrangem todo o ciclo de vida dos documentos de arquivo e conduzem tanto o saber científico quanto a prática arquivística. Embora se relacionem, cada uma dessas funções tem uma definição própria. Enquanto que a produção se dedica a criar condições ideais para a criação dos documentos, a classificação visa a organização dos mesmos, atribuindo códigos numéricos que possibilitem a sua posterior recuperação. A avaliação identifica os valores (primário ou secundário) dos documentos e define prazos de guarda. A descrição foca no contexto e no conteúdo dos documentos e permite o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa. A preservação visa prevenir e controlar a deterioração dos documentos, e a difusão é a função responsável pela divulgação e visibilidade dos arquivos.

Juntas, todas as funções contribuem para o principal objetivo dos arquivos: proporcionar acesso aos documentos e à informação. Neste âmbito, a aquisição é a função que corresponde à entrada de documentos no arquivo, seja ele corrente, intermediário ou permanente, conforme o modelo de gestão documental de Bellotto (2006). De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 85), essa entrada pode ser por meio de “comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência”, além do ingresso de documentos em arquivo corrente através do protocolo.

Dessa forma, a aquisição pode estar presente em todas as fases de vida dos documentos. Quando ela ocorre entre documentos institucionais, geralmente está relacionada à transferência para o arquivo intermediário, ou ao recolhimento para o arquivo permanente. E quando essa função é desempenhada pela entrada de documentos não institucionais, o ideal é que ela ocorra no contexto de uma política que defina as necessidades relacionadas a essa aquisição, sendo documentada e analisada de acordo com a legislação (COUTURE, 2005 apud SOUSA, 2013).

Para Carol Couture e Marcel Lajeunesse (2014), a aquisição se relaciona, principalmente, com a função de avaliação, uma vez que antes de serem adquiridos, os

documentos devem ser, primeiramente, avaliados. O resultado da aquisição é o aumento dos fundos documentais de uma instituição, o que aumenta, também, os investimentos no tratamento da documentação. Por isso, no caso de aquisição por compra, as seguintes perguntas precisam ser analisadas: o que comprar, por que comprar, e como comprar.

A aquisição do acervo Garibaldino pelo governo do estado de Santa Catarina possui singularidades, e por ter sido firmada por uma compra com recurso público que não envolveu uma comissão de avaliação formada por uma equipe de especialistas que pudesse avaliar os valores permanentes, e com a mesma importância, os valores financeiros dessa compra, pode ter gerado consequências ainda mais singulares.

Conforme Richter (2016, p. 16),

O caso da Coleção Garibaldina permite uma série de reflexões sobre atitudes humanas e suas consequências sociais nas relações estabelecidas com bens simbólicos em termos individuais grupais, especialmente pelo fato dela ter sido considerada, como justificativa para seu processo de compra, um patrimônio do estado de Santa Catarina.

A Lei nº 11.713 (SANTA CATARINA, 2001), que autorizou o poder executivo “a adquirir, por compra do Doutor Wolfgang Ludwig Rau, acervo garibaldino pelo valor de R\$ 100.000,00”, definiu que a transmissão de propriedade do acervo seria para a Fundação Catarinense de Cultura, a instituição estadual que trabalha com o patrimônio cultural de Santa Catarina, e que tem por missão “valorizar a cultura através de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense” (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2022).

A Lei nº 11.713 entrou em vigor durante o mandato do então governador Esperidião Amin Helou Filho (1999 a 2002), que participou ativamente da aquisição do acervo, sendo o responsável por solicitar e efetivar a sua compra. Para Richter (2016, p. 24-25), esse foi um perfil dos mandatos de Amin no estado, que anteriormente já havia se envolvido em ações de patrimonialização da Guerra do Contestado, observando-a como um “símbolo da força dos catarinenses na busca por justiça e defesa de seu território”. Essas ações promovidas por Amin durante os seus mandatos demonstram uma disposição em investir no aspecto histórico-cultural do estado, dando ênfase a personagens e acontecimentos que representam uma imagem de força, coragem e patriotismo para os catarinenses.

De acordo com Richter (2016, p. 24), o contexto de aquisição do acervo Garibaldino começou em 1999, durante as comemorações dos 150 anos da morte de Anita Garibaldi, que

ocorreram na cidade de Laguna. Nesse período, foi criada uma comissão organizadora dos festejos, integrada pelo próprio governador, pelo prefeito de Laguna, por secretários estaduais, desembargadores, presidentes da Santa Catarina Turismo (SANTUR), das Funções Estaduais de Desporto e da Cultura, e da Fundação Cultural Lagunense, assim como pelos reitores da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Além disso, também participou da comissão o advogado Adílcio Cadorin, que no mesmo período integrava o movimento separatista *O Sul é o Meu País*.

Cadorin tinha interesses paralelos às comemorações, pois como integrante do movimento, considerava Anita Garibaldi uma figura “lutadora pela libertação dos povos da República Catarinense, Uruguaiana e Romana”. Cadorin também lançou uma biografia de Anita⁴, na época, e estava à frente de um pedido de repatriação dos restos mortais de Anita da Itália para Laguna (RICHTER, 2016, p. 24).

Segundos os historiadores, as percepções sobre Anita Garibaldi se modificaram ao longo do tempo, mas ao final dos anos 1990 elas caminharam para “torná-la uma heroína do Movimento Republicano no Brasil”, uma heroína da República Juliana, e “um exemplo de valores cívicos, de representar o protagonismo lagunense no campo político, de ser exemplo de patriotismo, nacionalismo e civilidade e, ao final do século XX, de mulher emancipada” (ELÍBIO JÚNIOR apud RICHTER, 2016, p. 22-23).

Essas percepções também vão ao encontro das representações de Anita construídas pelo seu biógrafo mais famoso, o Wolfgang L. Rau. Segundo o próprio Rau (2008 apud RICHTER, 2016, p. 21), a sua ligação com o casal Garibaldi começou entre conversas com o seu pai, que era admirador de Giuseppe. Mas a atenção por Anita foi despertada em 1967, quando, a pedido da Associação Filatélica de Santa Catarina, ele desenhou uma “folhinha” para uma série em homenagem a mulheres brasileiras. Nessa época, Rau começou a acumular o acervo chamado hoje de Coleção Garibaldina, e a produzir uma série de publicações sobre o casal Garibaldi, mas, especialmente, sobre Anita.

As pesquisas de Rau o fizeram percorrer a América do Sul e a Europa, e formaram um acervo bastante heterogêneo, que continham, de acordo com o último levantamento realizado, “19.113 itens nos mais diversos formatos e suportes” (RICHTER, 2016, p. 22). Assim, à medida

⁴ Cujos títulos são: *Anita: Guerreira das Repúblicas e da Liberdade*, e foi publicado pela editora RJR em 1999.

que desempenhou suas atividades de pesquisas sobre Anita Garibaldi, Rau selecionou e estabeleceu critérios para decidir o que guardar e como guardar.

Na época da aquisição do acervo, Wolfgang L. Rau representava, portanto, uma autoridade sobre a história de Anita Garibaldi, e essa autoridade foi em alguma medida transmitida para o seu arquivo privado. Para Elíbio Jr. (2014, p. 6-7), os objetos da coleção tornaram-se “a marca da autoridade” de Rau. E essa autoridade foi valorizada pela comissão, que determinou todos os documentos do acervo de valor permanente, a ponto de comprá-lo por 100 mil reais.

Assim, percebe-se que o contexto de aquisição da Coleção Garibaldina revela interesses em dois personagens históricos para o estado: por um lado, Anita Garibaldi; e, por outro, o próprio Wolfgang L. Rau, que pode ser interpretado por uma dupla valorização: a de guardião de arquivo privado sobre Anita e a de arquiteto de obras importantes para o estado. Além disso, quando era questionado sobre as suas motivações para guardar o acervo de Anita, Rau respondia que as suas pesquisas e publicações eram uma forma de retribuir ao Brasil, e a Santa Catarina, a acolhida à sua família e as realizações a ela proporcionadas. De acordo com a análise de Richter (2016, p. 23), esse tipo de declaração também fazia Rau ser interpretado por uma imagem de patriota para o estado. Afinal, ele “guardou” documentos com valor de patrimônio para Santa Catarina.

Nesse sentido, as questões pessoais do formador do acervo dialogam com os interesses da comunidade política que adquiriu o arquivo de origem privada. A aquisição da Coleção Garibaldina e a sua passagem de arquivo privado para público aconteceram diante de interesses de variados atores e autoridades sociais, e

Dentro de uma conjuntura específica que envolveu o sesquicentenário da morte de Anita e a existência de uma administração estadual favorável a valorização desse acervo, do tema e da constituição de patrimônios culturais para Santa Catarina por meio de uma atuação governamental que não exclui o uso de recursos políticos, físicos e financeiros (RICHTER, 2016, p. 27).

Conforme já colocou Richter (2016, p. 26), infelizmente a “proeminência e atenção dada à Coleção Garibaldina não manteve a mesma intensidade ao longo dos anos”. Em 2002 o governo entregou o acervo em regime de comodato para o município de Laguna, com a expectativa de que o acervo fosse exposto no Museu Histórico Anita Garibaldi. Entretanto, a coleção acabou alocada em diversos espaços provisórios.

Em 2016 o acervo foi transferido pela FCC para a UDESC, também em Laguna. A ideia é que o acervo permaneça na cidade e, conforme a própria Fundação Catarinense de Cultura (2016), a “intenção é que a UDESC cuide, pesquise e possibilite o acesso, a interpretação e a utilização do acervo”. Contudo, as variedades de gêneros, formatos e suportes do acervo da Coleção Garibaldina exigem tratamentos diferenciados para cada conjunto de documentos, e vale salientar que o estado de conservação de parte do acervo permanece delicado, assim como ainda não foi definido um espaço físico adequado para o seu acesso, pesquisa e difusão.

De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34), os arquivos permanentes são os conjuntos de documentos que devem ser “preservados em caráter definitivo em função de seu valor”. Também são chamados de arquivo histórico, porque essa é a principal razão da sua existência: servir à História. Mas os documentos permanentes não nascem para ser históricos, eles são produzidos para as atividades e funções administrativas, e depois podem passar a ter um outro valor para a História. Por isso, para a Arquivologia, os documentos permanentes possuem valor secundário, para distingui-lo do valor primário enquanto os documentos ainda são consultados pelas funções administrativas.

Os usos do valor secundário podem ser bastantes diversos dos usos que o documento manteve durante o valor primário. E este é o caso do acervo da Coleção Garibaldina, que abrange diferentes conjuntos de documentos que foram produzidos, cada um deles, de acordo com as funções e atividades dos seus produtores à época. Pouco se sabe sobre os usos primários desses conjuntos documentais, mas é conhecido que, por outras circunstâncias, eles foram acumulados por um pesquisador e biógrafo de Anita Garibaldi, em função das suas pesquisas (uso secundário). E depois a coleção ainda foi adquirida pelo estado de Santa Catarina, cuja aquisição consolidou, permanentemente, o uso e o valor secundário da totalidade dos conjuntos documentais deste acervo.

Conforme a Lei 8.159 (BRASIL, 1991), os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis. Portanto, uma vez adquiridos, o governo não pode se desfazer de documentos permanentes e tem a obrigação de preservá-los da melhor maneira possível. Embora o ideal seja que o tratamento dos documentos seja iniciado ainda na fase corrente, na prática profissional os arquivos permanentes demandam tratamentos que são específicos dessa fase, principalmente quando são recolhidos por uma instituição que não foi a sua produtora, como ocorreu com a Coleção Garibaldina.

De acordo com Bellotto (2006, p. 127), no arquivo permanente é indispensável que a ordenação se faça por fundos. O fundo é um “conjunto de documentos de uma mesma proveniência”. Para o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005), ele é um termo que equivale a arquivo. O fundo é mais um conceito que salienta a importância da proveniência para os documentos de arquivo. Pois, se a ordenação não for feita por fundos, os documentos ficam descontextualizados e perdem a sua relação orgânica.

Conforme Tognoli (2012, p. 85), atualmente a Arquivística precisa perceber que a proveniência pode assumir um caráter múltiplo, e há a necessidade de ligar o documento a todos os seus contextos, “focando em todas as relações que foram estabelecidas entre ele e os órgãos que o utilizaram, para que sua natureza multifacetada possa ser inteiramente representada”. Por isso, apesar das origens ainda desconhecidas do acervo acumulado por Wolfgang L. Rau, a sua proveniência precisa ser respeitada, porque os documentos que hoje pertencem a este fundo, mesmo que sejam de origens diversas, não fazem mais sentido sozinhos. Todos os conjuntos documentais da Coleção Garibaldina passaram a dialogar mais com o contexto de acumulação de Rau do que com o contexto de produção. Eles não perdem as suas características de produção, mas passaram a ter uma lógica orgânica ligada à Rau.

Essa lógica orgânica é o que se chama de organicidade, o princípio da Arquivologia que se refere a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” ou acumuladora (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127). E até mesmo para que os pesquisadores possam investigar as relações de produção desses documentos, o ponto de partida precisa ser os seus usos e relações atuais.

Considerando essas relações, após a aquisição da Coleção Garibaldina a FCC procurou identificar e catalogar os conjuntos documentais do acervo, partindo da organicidade estabelecida pelo próprio Wolfgang L. Rau, que, de acordo com ele, cumpriram com os interesses das suas pesquisas biográficas sobre Anita Garibaldi (RAU apud ELÍBIO JR., 2014, p. 5). Os documentos foram catalogados, descritos em fichas de identificação, e divididos em seis grupos, chamados de A, B, C, D, E, e F. Há, ainda, um último grupo chamado de “documentos avulsos”, que não foram incluídos nas fichas de identificação. Todos esses grupos já foram levantados pelo autor Elíbio Júnior (2014), e estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1: Grupos catalogados da Coleção Garibaldina

GRUPO	SELEÇÃO	ITENS
A	Obras de arte, documentos e objetos	Pinturas, gravuras, esculturas, fotografias emolduradas, utensílios, instrumentos, equipamentos, adereços e adornos
B	Documentos	Livros, folhetos, revistas, postais e manuscritos
C	Documentos	Correspondências, artigos de jornais, folhas datilografadas, certidões e cartões
D	Documentos fotográficos	Fotografias e negativos
E	Material arqueológico	Artefatos arqueológicos e material paleontológico
F	Selos	Álbuns e envelopes com selos
-	Documentos avulsos	Cerca de 60 itens, entre cartões, capas de revista, fragmentos de livros, cartazes, mapas, envelopes, telegramas, postais, encartes comemorativos, litogravuras, carimbos, croquis de monumentos, negativos de filmes, plantas arquitetônicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir do artigo de Elíbio Júnior (2014).

Visualizando este quadro é possível ter mais clareza acerca dos conjuntos heterogêneos da Coleção Garibaldina. Percebe-se que existem conjuntos de documentos de arquivo e outros conjuntos que se aproximam mais das coleções, de museus ou bibliotecas. Porém, mais interessante do que definir separações entre esses conjuntos, é investigar as suas relações, visto que museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação têm corresponsabilidade “no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (BELLOTTO, 2006, p. 35).

O que mais chama à atenção, na verdade, são os grupos que não demonstram nenhuma relação aparente com Anita Garibaldi. Sobre o grupo E, especialmente: o que haverá de relação entre materiais arqueológicos e essa personagem histórica que viveu no século XIX? Este tipo de pergunta levanta dúvidas sobre o título Garibaldina, porque é possível que a resposta seja a seguinte: não existe nenhuma relação.

O acervo é muito grande do ponto de vista quantitativo - são quase 20 mil itens, e Anita Garibaldi viveu apenas 27 anos. Considerando que Wolfgang L. Rau foi um pesquisador, o acervo então indica os seus interesses de pesquisas, que denotam uma gama de possibilidades muito mais extensas que somente Anita Garibaldi. E até mesmo os conjuntos de documentos que realmente dialogam com Anita precisam ser descritos conforme a organicidade estabelecida por Rau, pois eles passaram a pertencer a esse contexto, e podem ser pesquisados a partir dele.

Devido a grande quantidade de itens, também é preciso dizer que alguns desses grupos contidos no quadro se subdividem em vários volumes. O “B” é o maior de todos os grupos, e um dos seus volumes é o objeto da análise tipológica desta pesquisa: o de documentos manuscritos à tinta ferrogálica.

4 ANÁLISE TIPOLOGICA DO ACERVO DE MANUSCRITOS À TINTA FERROGÁLICA DA COLEÇÃO GARIBALDINA

Após estudar a proveniência dos documentos e o contexto de aquisição da Coleção Garibaldina, o presente trabalho busca realizar a análise tipológica com a finalidade de identificar elementos do conjunto de documentos manuscritos à tinta ferrogálica, que estão presentes no inventário produzido em 2005 pela ATECOR.

Vale lembrar, que para a Arquivologia, o inventário é um dos instrumentos de pesquisa que podem ser desenvolvidos durante as atividades de descrição. Ele tem como objetivo “descrever as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109). O inventário produzido pelos membros do ATECOR contém 72 fichas de itens documentais, classificadas por uma sequência numérica, com os itens de 1288 a 1358⁵. O instrumento descreve o assunto de cada manuscrito, a quantidade de folhas e a dimensão das mesmas, a datação, o estado de conservação diagnosticado na época, e faz observações sobre a presença de sujidades, manchas, fungos, indicações de intervenções, entre outras observações acerca da conservação dos documentos.

Assim, o inventário visa principalmente a conservação e a restauração dos suportes em papel desse conjunto documental. Nesse sentido, o que agrupou os manuscritos nesta série foi a característica de todos serem à tinta ferrogálica, que recebe este nome por ser uma tinta “composta pelos ingredientes noz de galha (tanino), sulfato ferroso, goma arábica como espessante e um meio aquoso” (BARBOSA, 2018, p. 171). Pelo mesmo motivo, este conjunto de manuscritos também é objeto do projeto do LABCON/UFSC. Porém, neste trabalho os objetivos são distintos, e a partir do estudo da Tipologia Documental percebe-se que os elementos dos manuscritos contêm, também, uma lógica orgânica, que dialoga com o contexto de acumulação e ainda revela características do contexto de produção desses documentos.

Essas percepções foram adquiridas com a identificação dos elementos extrínsecos e, depois, intrínsecos dos manuscritos descritos no inventário. Conforme Bellotto (2002), essa identificação dos elementos constitutivos dos documentos de arquivo, vistos como estrutura (os

⁵ Com exceção da ficha 1326-A, que por repetir o número 1326, foi acrescentado o “A”.

elementos físicos, externos) e substância (os elementos de conteúdo, internos) ajudam a encontrar a função do documento.

Assim, em primeiro lugar cabe assinalar os principais elementos externos dos manuscritos da Coleção Garibaldina, que são: suporte em papel, gênero textual, formato de folhas avulsas e a forma original. Ainda é importante afirmar que a língua (também entendida como elemento interno) é o português, e que em relação à quantidade, o inventário apresenta 72 documentos manuscritos, ou, como são chamados, 72 “fichas” documentais (ATECOR, 2005). A maioria desses documentos contém uma ou duas folhas, mas também há cinco manuscritos mais extensos, que contêm entre dez e vinte e uma folhas.

Para seguir com a análise dos elementos internos, destaca-se que eles se relacionam com o conteúdo, com o assunto propriamente dito dos documentos, como as funções e atividades, as datas tópicas e cronológicas e outras características que podem ser identificadas pelo seu conteúdo. A proveniência, mais uma vez, aparece na identificação dos elementos internos, por definir “a instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos” (BELLOTTO, 2002, p. 26.) Por essa perspectiva, o primeiro elemento a ser ressaltado de acordo com a análise do inventário de manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina, é a sua caracterização, hoje, como arquivo público e permanente, sendo de proveniência, portanto, do estado.

Em segundo lugar, o inventário permite identificar a datação dos manuscritos. Verifica-se que há documentos dos anos 1754 a 1886 (desconsiderando alguns que não estão datados)⁶, e que foram produzidos, portanto, entre os períodos de Colônia e Império do Brasil. Quanto à data tópica, os documentos fazem referência à Laguna, e alguns deles relatam contatos entre Laguna e outros municípios ou freguesias, entre eles: Tubarão, Enseada do Brito (hoje um bairro da atual Palhoça), e o Rio de Janeiro.

Além disso, a análise tipológica permitiu a identificação do produtor desses documentos, que produziu ou recebeu boa parte dos manuscritos, de nome José Pereira da Silva Candemil. Então, é necessário perguntar: quem foi este sujeito? Ele produziu esses documentos

⁶ Do total de 72 fichas, 17 não estão datados, porque, segundo as informações do inventário (ATECOR, 2005), os documentos não possuem identificação de data cronológica ou a anotação não está legível. Tratam-se das fichas: 1292; 1295; 1302; 1304; 1307; 1310; 1311; 1312; 1314; 1335; 1338; 1339; 1340; 1341; 1342; 1343; e 1349.

durante quais atividades? E há alguma relação entre as atividades pessoais ou profissionais de Candemil com a história de Anita Garibaldi?

Nesta pesquisa, não existe a pretensão de responder essas perguntas, mas somente o levantamento delas já pode ser visto como um dos resultados da presente análise tipológica. Afinal, quando a mesma foi iniciada, entendia-se que todos os documentos da Coleção Garibaldina faziam parte de um acervo sobre, e somente sobre, Anita Garibaldi. E foi a investigação tipológica que mostrou que possivelmente este arquivo histórico poderia ter outro nome, e outros entendimentos.

Ao dar continuidade à análise, além dos elementos externos e internos, Bellotto (2002, p. 26-27) também considera elementos intermediários, que não são nem físicos e nem de substância, mas que se encontram na relação entre matéria e conteúdo, ou suporte e informação. Integram os elementos intermediários: a espécie, o tipo e a categoria documental.

As categorias documentais têm relação com a representatividade jurídica do conteúdo dos documentos, e podem ser: dispositivos, testemunhais e informativos. Essas categorias foram pensadas para o documento diplomático, entendido como o “registro legitimado do ato administrativo ou jurídico”. Ou seja, é o documento da administração pública, de finalidade pública, “redigido com observância a certas formas estabelecidas que se destinam a dar-lhe força probatória” (BELLOTTO, 2002, p. 17-18). Mas a mesma análise também pode ser utilizada em documentos de origem privada (de empresas), pessoal (de pessoas), ou até mesmo nos documentos sobre os quais a origem é desconhecida (se pública, privada ou pessoal), como é o caso dos manuscritos da Coleção Garibaldina.

Ao analisar os manuscritos percebe-se que é possível que alguns desses documentos sejam de finalidade pública, pois relatam atividades e funções jurídicas, como testamentos, partilhas de bens, concessões e demarcações de terras, etc. Eles lembram documentos que, hoje, seriam produzidos ou certificados em cartório. Por outro lado, há um conjunto de documentos de assuntos comerciais, que provavelmente têm origem em comércios privados, embora não seja possível definir se também há relações ou interesses públicos. E há, ainda, alguns documentos de origem pessoal, que remetem à pessoa de José Pereira da Silva Candemil. Assim, a série de manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina abrange um conjunto de documentos interessantes que parece incluir tanto documentos de interesse público, quanto privados e pessoais.

Para fins de conceituação, os documentos que se encaixam na categoria de dispositivos são aqueles que são registrados antes que os fatos ou atos neles contidos aconteçam. Os documentos de dispositivos podem ser: de ajuste, normativos ou de correspondência. Os dispositivos de ajuste são os “documentos pactuais, representados por acordos de vontade entre duas ou mais partes” (BELLOTTO, 2002, p. 29), como tratados, pactos e contratos, e foram identificados nove documentos desta categoria entre os manuscritos.

Os dispositivos normativos são documentos que “se enquadram como manifestações de vontade de autoridades supremas e que devem obrigatoriamente ser acatados pelos subordinados”, como leis e regulamentos. E os dispositivos de correspondência, “em geral, derivam dos atos normativos, determinando-lhes a execução em âmbito mais restrito de jurisdição” (BELLOTTO, 2002, p. 29), como editais e portarias. Entre os manuscritos, foram identificados dois dispositivos normativos, e somente um documento da categoria dispositivo de correspondência.

Quanto à categoria de testemunho, Bellotto (2002, p. 29) a define como os documentos cujas ações “acontecem depois do cumprimento de um ato dispositivo ou derivam de sua não-observância ou são relativos a observações sujeitas a relatórios, a termos de visita, etc.” Eles podem ser testemunhos de assentamento, quando são “configurados por registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências”, como atas e autos de infração. Ou podem ser testemunhos comprobatórios quando derivam do assentamento, comprovando-os, como os atestados, certidões e cópias certificadas. Foram identificados 30 documentos da categoria testemunho de assentamento entre os manuscritos.

Por fim, na categoria informativa estão os documentos opinativos ou enunciativos, que “esclarecem questões contidas em outros documentos, cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução”, como pareceres, informações e relatórios (BELLOTTO, 2002, p. 29). Foram identificados 24 documentos da categoria informativa entre os manuscritos.

Portanto, de um total de 72 documentos descritos no inventário, foi possível identificar a maioria segundo as categorias de documentos diplomáticos definidas por Bellotto, sendo que a maior parte se encaixou na categoria de testemunho de assento (30), seguida pela categoria informativa (24), e depois pelas categorias de dispositivo de ajuste (9), dispositivo normativo (2) e dispositivo de correspondência (1).

Para além destes, restaram outros seis documentos que não se adequam a essas categorias, por duas razões distintas. Primeiro, porque dois documentos estão descritos como “pessoais” no inventário (ATECOR, 2005), pois são correspondências enviadas ou recebidas pelo produtor dessa série de documentos, uma pessoa física. Em vista disso, esta pesquisa optou por criar outra categoria para esses dois manuscritos, chamada de “documentos pessoais”. Já em relação aos outros quatro documentos, não foi possível definir uma categoria, porque o inventário não apresenta informações suficientes para isso. Então, optou-se por colocá-los em outra categoria, chamada de “sem possibilidade de identificação”, ou, simplesmente, SPI. Nesta categoria há um documento que, segundo o inventário (ATECOR, 2005), é “endereçado ao governador”, o que remete, mais uma vez, à documentos públicos⁷.

Os resultados quantitativos são apresentados no quadro a seguir, em ordem alfabética das categorias, mas divididas em dois grupos: primeiro as categorias definidas e utilizadas a partir da metodologia de Bellotto, e em seguida as categorias criadas de acordo com as necessidades desta pesquisa:

Quadro 2: Categorias documentais identificados na série de manuscritos à tinta ferrogálica

Categorias identificadas		Qtd
Categorias de documentos diplomáticos (BELLOTTO, 2002)	Dispositivo de ajuste	9
	Dispositivo de correspondência	1
	Dispositivo normativo	2
	Informativo	24
	Testemunho de assento	30
Categorias criadas	Documentos pessoais	2
	SPI	4
Total de documentos analisados e identificados		72

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Uma vez definidas as categorias, a análise tem por continuidade a identificação das espécies e dos tipos documentais. A espécie documental é conceitualmente definida como “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (BELLOTTO, 2002, p. 27). Em outras palavras, a espécie caracteriza um documento ligado à sua estrutura semântica de redação e as razões da sua criação

⁷ Os números de fichas desses documentos da categoria SPI são: 1295; 1311; 1335; e 1338. A ficha 1311 é a endereçada ao governador, e a sua data consta como ilegível (ATECOR, 2005).

(valor primário). As espécies podem ser, por exemplo: declaração, decreto, requerimento, procuração, atestado, certidão, entre muitas outras.

Em *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*, Bellotto (2002) apresenta uma relação de espécies documentais que auxiliaram a tarefa de identificação das espécies dos documentos manuscritos. Vale lembrar que a análise tipológica é uma interpretação, e a presente análise não é exata e tampouco a única que pode ser desenvolvida. Mas, seguindo essa metodologia, foi possível identificar 91% das espécies dos manuscritos, com exceção, apenas, dos quatro documentos categorizados como SPI.

Também houve sucesso em identificar a maior parte dos tipos documentais, cujo conceito é entendido como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (BELLOTTO, 2002, p. 28). Ou seja, a espécie torna-se tipo quando se identifica a atividade que a gerou, a sua razão de produção. O tipo documental é a peça-chave da abordagem da análise tipológica, e reflete um modelo “pautado no elo existente entre a espécie e a função geradora do documento”, como “consequência natural do registro de uma atividade (HEREDIA, 2007 apud RODRÍGUEZ, 2011, p. 69).

No caso dos nove documentos da categoria dispositivo de ajuste, foi identificada a espécie ‘contrato’, que é um documento de “registro de acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum(uns) direito(s) e/ou obrigação(ções)” (BELLOTTO, 2002, p. 60). E foi identificada a tipologia: ‘contrato de compra e venda’, porque trata de compras e vendas de terras, produtos, e pessoas, já que um deles trata da venda de um escravo, no ano de 1806.

No único documento da categoria dispositivo de correspondência foi identificada a espécie ‘carta de autorização’, e o tipo ‘carta de concessão de terras’, pois o assunto “concessão de terras” é remetido a uma autorização, uma concessão de direitos: um consentimento ou permissão de uso de terras. Na categoria de dispositivo normativo foi encontrada a espécie ‘sentença’ e o tipo ‘sentença judicial’ em dois documentos de decisões judiciais sobre testamentos, um de 1797, e outro de 1840.

Já na categoria informativa identificou-se espécies variadas, como bilhete, cartão de visita, correspondência, comunicado, inventário, nota, orçamento, petição, relação e solicitação. O ‘bilhete’ é uma espécie de documento informal, mas também pode ser diplomático, porque na administração colonial ele era um “comunicado, em geral, de Secretário de Conselho ou de

Tribunal, solicitando alguma informação necessária à tramitação de algum documento ou transmitindo uma notícia” (BELLOTTO, 2002, p. 51). Mas é difícil definir um tipo documental para um bilhete, então essa identificação, em específico, foi finalizada com a espécie.

Outra espécie que ficou sem definição de tipo documental em dois documentos foi o inventário. O ‘inventário’ é uma espécie que apresenta uma relação de itens, assim como o instrumento aqui analisado – o inventário de manuscritos à tinta ferrogálica. Um inventário pode ter distintas finalidades, e não há informações suficientes sobre esses inventários contidos nas fichas, para que seja possível chegar a um tipo, como um inventário de produtos ou um inventário de estoques, por exemplo. Por outro lado, em outra ficha foi identificado um inventário com o tipo documental: ‘inventário de partilha’, que provavelmente tem relação com outras espécies da categoria testemunhal, como a partilha de sucessão de bens e o testamento, conforme será exposto adiante. Dessa forma, também é possível que os dois inventários que ficaram sem tipo documental sejam deste mesmo contexto.

Uma espécie informativa interessante de encontrar foi o ‘cartão de visita’, que pode não parecer um documento, mas que tem uma estrutura, um formato, e que sempre contém informações textuais, impressas ou manuscritas. Em relação ao tipo, não é possível ter certeza da atividade do cartão de visita que é parte dessa série de manuscritos, mas justamente pela lógica entre os documentos presume-se que seja um cartão de contato profissional ou comercial. Ou seja, de um profissional ou de um estabelecimento comercial.

Em outras fichas foram identificadas sete espécies equivalentes à correspondência, que dizem respeito a atividades comerciais, pois tratam de assuntos de negócios, como compra e venda de produtos e encomendas. Por isso, o tipo foi definido como ‘cartas comerciais’. Essas correspondências também apresentam outras características em comum. Seis delas são do mesmo ano, 1869, e são correspondidas entre Laguna e o Rio de Janeiro, além de outra que é de 1886 e tem como assunto uma encomenda enviada para o município de Tubarão, em Santa Catarina. Todas elas têm como destinatário José Pereira da Silva Candemil, o sujeito produtor dos documentos, que neste caso é o receptor das cartas comerciais.

Um dos documentos da espécie informativa foi identificado como ‘comunicado’, pois ele é de 1871 e está informando sobre a troca de dono de uma empresa do Rio de Janeiro. Então, a partir disso chega-se ao tipo documental: ‘comunicado de mudança de propriedade’.

Em dois documentos identificou-se a espécie ‘nota’ e o tipo ‘nota promissória’. Segundo Bellotto (2002, p. 76), a nota é um documento não-diplomático informativo, e existem derivações da nota que também são espécies, como a nota de consumo e a nota fiscal. A nota promissória é um compromisso de pagamento emitido pelo devedor, e este tipo de documento é utilizado dentro da esfera privada. Mas ela tem o seu equivalente na administração pública, chamado de nota de empenho.

Mais uma espécie informativa de teor financeiro foi o ‘orçamento’, identificado em um único documento, que foi definido com o seguinte tipo: ‘orçamento de produtos’, já que este é o assunto descrito no inventário. Mais precisamente, trata-se de um orçamento de produtos “comestíveis”, de 1869 (ATECOR, 2005).

Mas a espécie mais identificada dentre a categoria informativa foi a de ‘relação’, encontrada cinco vezes. A relação é um documento não-diplomático, que apresenta uma listagem de algo, um determinado objeto ou assunto. Entre os manuscritos, foram identificadas duas ‘relações de dívidas’, podendo ser dívidas de um estabelecimento, em produtos e valores, ou dívidas de compradores de um estabelecimento. E foram identificados outros três tipos documentais: ‘relação de produtos vendidos’, ‘relação de custos de inventário’ e ‘relação de mercadorias’. A descrição do suporte deste último tipo contém um selo com a inscrição “Império do Brasil” no canto superior direito, o que remete, então, a um possível documento público.

Em outra ficha foi identificada uma ‘petição’, que é uma espécie de documento diplomático, formal, pelo qual se solicita algo à autoridade pública. No caso, foi encontrado um documento manuscrito com o tipo ‘petição judicial’, que solicita a medição e a demarcação de terras de herança em Siriú, então distrito de Enseada do Brito. Segundo o inventário a petição é do ano de 1845 (ATECOR, 2005).

E a última espécie da categoria informativa é uma ‘solicitação’, do tipo ‘solicitação de transferência de domicílio’, pois o inventário o descreve como uma solicitação de um militar, do ano de 1800, que pede transferência de domicílio (ATECOR, 2005). Sendo de um militar, este manuscrito também pode ser um documento de origem pública. Ele é o único que se refere a um militar dentre toda a série de manuscritos, mas pode estar dentro da lógica orgânica de “documentos de cartório”, conforme já foi comentado.

Entrando na categoria de ‘testemunho de assento’, também foram encontradas espécies variadas. Dez espécies foram identificadas como ‘recibo’, e os tipos documentais: ‘recibo de compra’ (1), ‘recibo de compra e venda’ (3) e ‘recibo de pagamento’ (6). Entre os assuntos desses tipos documentais estão a compra de terras, de pagamentos de dívidas, de sepultamento e de tratamentos de saúde.

Outra espécie de assunto financeiro é a ‘fatura’, e o tipo ‘fatura de compra’, identificado em um manuscrito de 1869. Segundo a descrição, trata-se de uma fatura de compra realizada por José Pereira da Silva Candemil no Rio de Janeiro, pois foi de onde a fatura foi encaminhada (ATECOR, 2005). No mesmo documento consta que o endereço de Candemil era em Imaruí, à época distrito de Laguna.

Em cinco documentos identificou-se a espécie ‘nota fiscal’, e o tipo: ‘nota fiscal de venda’, que, em geral, refere-se à venda de produtos, e em duas delas constam um cabeçalho com o logotipo de uma casa comercial. Ambas são do mesmo ano: 1869. Há outras duas notas fiscais do ano de 1780 e uma de 1782.

Outra espécie que aparece cinco vezes é a ‘partilha de sucessão’ e o tipo: ‘partilha de sucessão de bens’, já que eles registram a repartição de bens entre herdeiros ou outros sujeitos de direitos. Ainda neste âmbito, foram encontrados dois documentos com a espécie ‘testamento’. Não foi possível identificar o tipo desses manuscritos, pois o inventário não contém informações mais detalhadas que poderiam identificá-los como testamentos públicos ou privados, por exemplo. Mas foi encontrada outra espécie que também é referente à testamento: uma espécie de ‘prestação de contas’, do tipo ‘prestação de contas de testamento’, do ano de 1782.

Uma espécie encontrada quatro vezes foi a ‘declaração’, com os tipos: ‘declaração de dívida’ (2), ‘declaração de compra e venda’ e ‘declaração de posse de terras’. Por fim, a última espécie identificada da categoria de testemunho foi a ‘escritura’, em dois documentos do mesmo tipo: ‘escritura de venda’, que provavelmente se relacionam com vendas de terras.

Finalmente, na categoria de ‘documentos pessoais’, foi identificada a espécie de ‘correspondência’ e o tipo ‘carta pessoal’ em dois documentos, pois um deles é uma carta de José Pereira da Silva Candemil para a sua esposa, e outra carta é descrita no inventário como uma correspondência pessoal destinada à Candemil (ATECOR, 2005).

Todas as espécies e os tipos documentais identificados são apresentados no quadro a seguir (Quadro 3), que também aponta em quais fichas cada um deles foi encontrado:

Quadro 3: Espécies e tipos documentais identificados na série de manuscritos à tinta ferrogálica

Categoria	Espécie	Tipo documental	Fichas	
Dispositivo de ajuste	Contrato	Contrato de compra e venda	1288; 1289; 1290; 1297; 1301; 1350; 1351; 1352; 1353;	
Dispositivo de correspondência	Carta de autorização	Carta de concessão de terras	1305;	
Dispositivo normativo	Sentença	Sentença judicial	1348; 1354;	
Informativa	Bilhete		1292; 1343;	
	Cartão de visita	Cartão de contato profissional ou comercial	1342;	
	Correspondência	Carta comercial	1291; 1318; 1319; 1325; 1326-A; 1330; 1331;	
	Comunicado	Comunicado de mudança de propriedade	1315;	
	Inventário	Inventário de partilha		1357;
				1302; 1347;
	Nota	Nota promissória	1298; 1316;	
	Orçamento	Orçamento de produtos	1329;	
	Petição	Petição judicial	1327;	
	Relação	Relação	Relação de custos de inventário	1312;
			Relação de dívidas	1300; 1328;
			Relação de mercadorias	1303;
			Relação de produtos vendidos	1333;
Solicitação	Solicitação de transferência de domicílio	1346;		
Testemunho de assento	Declaração	Declaração de compra e venda	1336;	
		Declaração de dívida	1309; 1337;	
		Declaração de posse de terras	1299;	
	Escritura	Escritura de venda	1310; 1317;	
	Fatura	Fatura de compra	1293;	
	Nota fiscal	Nota fiscal de venda	1320; 1322; 1323; 1324; 1326;	
	Partilha de sucessão	Partilha de sucessão de bens	1296; 1314; 1355; 1356; 1358;	
	Prestação de contas	Prestação de contas de testamento	1308;	
	Recibo	Recibo	Recibo de compra	1294;
			Recibo de compra e venda	1321; 1340; 1349;
			Recibo de pagamento	1306; 1334; 1339; 1341; 1344; 1345;
Testamento		1307; 1313;		

Documento pessoal	Correspondência	Carta pessoal	1304; 1332
-------------------	-----------------	---------------	------------

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Com a conclusão da análise tipológica percebe-se que os documentos da série de manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina contêm uma lógica orgânica, pois possuem atividades e funções próximas, cujas categorias documentais ficaram mais claras com a construção do quadro acima. A série também possui um produtor, uma pessoa física, mas que pode ter exercido uma profissão que justifique a produção desses documentos.

É claro que a análise poderia ter um resultado diferente se fosse aplicada com acesso direto aos manuscritos. Mas, apesar das dificuldades, o inventário se demonstrou uma fonte rica de análise. A identificação das tipologias documentais e uma leitura minuciosa do inventário aguçaram novas curiosidades para outras questões que se relacionam, novamente, com a aquisição e a proveniência da Coleção Garibaldina, e principalmente com o lugar de valor desses manuscritos dentro da coleção. A primeira dessas questões já foi levantada, mas ficou ainda mais reforçada após a identificação dos tipos documentais: será que os manuscritos realmente possuem ligação com a personagem Anita Garibaldi? Afinal, absolutamente nenhuma informação do inventário se relaciona com Anita, nem ao menos indiretamente.

Além de José Pereira Candemil, também aparecem outros nomes nos manuscritos, que estão descritos no inventário (ATECOR, 2005). São os nomes: Antonio Machado Fagundes, Antonio Mendes de Carvalho, Antônio da Silva Ferreira, Benedita Rosa de Jesus, Florentino Bento Teixeira, Manoel Ricardo Coelho e Thomáz da Silva Coelho.

Mas o elemento que mais confirma a distância entre os assuntos dos manuscritos e o tema da Anita Garibaldi é a datação, que inclui documentos dos anos 1754 a 1886, com exceção daqueles que não possuem informação de data cronológica. Ocorre que Ana Maria de Jesus Ribeiro – a Anita Garibaldi - nasceu em 30 de agosto de 1821, em Laguna, e faleceu em 4 de agosto de 1849, na Itália. Assim, os breves 27 anos de Anita estão inseridos dentro do período de tempo dos documentos, porém, também há muitos manuscritos que antecedem o nascimento da personagem e outros que são posteriores à sua morte. Os posteriores até poderiam ser justificados, mas os vários documentos com datas anteriores ao nascimento da personagem praticamente confirmam a hipótese sobre os manuscritos não integrarem um acervo de Anita Garibaldi. De acordo com as datas tópicas, os manuscritos realmente estão relacionados à

cidade de Laguna, mas de acordo com as datas cronológicas e com os demais elementos internos da análise realizada, eles provavelmente não têm relação com Anita Garibaldi.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema deste trabalho foi a análise tipológica de documentos de arquivo histórico. Ao realizar um estudo de caso sobre os manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina, foi possível perceber a Tipologia Documental como uma ferramenta que constrói bases para as funções arquivísticas que precisam ser desenvolvidas mediante a aquisição de documentos de arquivo, especialmente a classificação e a descrição.

Por se tratar de um arquivo permanente, com a inalienação e a imprescritibilidade asseguradas pela Lei 8.159 (BRASIL, 1991), a aquisição da Coleção Garibaldina iniciou um processo de tratamento do acervo, que inclui conjuntos documentais com características e suportes diversos. Para além do tratamento dos suportes, que atualmente é realizado pelo LABCON/UFSC em parceria com o ATECOR, este trabalho espera ter contribuído com as atividades de organização do conjunto de documentos manuscritos à tinta ferrogálica da Coleção Garibaldina.

A identificação de vários elementos destes documentos a partir da aplicação da metodologia de Tipologia Documental (nos moldes de Bellotto), permitiu a reconstrução de contextos e foi ao encontro da proveniência e da organicidade desse conjunto documental. Por ser o resultado de uma coleção privada, este arquivo histórico ressalta a importância de haver mais estudos sobre as relações entre documentos públicos e privados em arquivos permanentes no Brasil. O presente estudo mostra, também, a necessidade de aplicar a Tipologia Documental em documentos de origens pessoais e privadas, e não somente em documentos públicos e diplomáticos.

Os resultados da análise tipológica ainda revelam que alguns (ou talvez vários) conjuntos documentais da Coleção Garibaldina façam parte do acervo por outros critérios adotados por Wolfgang L. Rau, que não seja o de fazer referência a Anita Garibaldi. Nesse sentido, provavelmente esses conjuntos documentais possam dizer mais sobre o seu acumulador, do que sobre a personagem histórica que leva seu nome. Isso talvez aproxime a coleção do conceito de arquivo pessoal de Rau, pois certos documentos podem não dizer

respeito sobre a vida do arquiteto, mas são parte de um fundo que o pesquisador deixou como “legado” da vida profissional, e que em certa medida representa como Rau gostaria de ser lembrado.

Cabe à futuras pesquisas concluir se os manuscritos estudados integram ou não a Coleção Garibaldina. Entretanto, ainda que eles não tenham este pertencimento, cabe frisar que os manuscritos não perdem o valor permanente. Uma possível desvinculação com Anita Garibaldi não anula o caráter histórico desses documentos, e pode, inclusive, ampliar as suas possibilidades de estudos. Apenas pela análise do inventário, já se pode afirmar que esses documentos podem ser objeto de análise paleográfica, e também podem se tornar objeto de diferentes pesquisas históricas acerca de Santa Catarina e do município de Laguna. Além disso, é provável que mais temas e possibilidades de análises sejam encontrados com posteriores leituras e melhores investigações das informações contidas nesses documentos, assim que eles estiverem disponíveis para acesso público.

Portanto, pertencentes ou não a um fundo de Anita Garibaldi, a série de manuscritos à tinta ferrogálica não perde o valor permanente, sendo, assim, objeto de tratamento arquivístico. Por outro lado, essa possível desvinculação com a personagem poderia ter sido notada antes da aquisição do acervo, caso o governo do estado tivesse contratado uma comissão de avaliação, que considerasse tanto o valor permanente dos documentos, quanto o valor de compra do acervo.

No modelo ideal, a própria Tipologia Documental poderia ter sido aplicada logo no momento de aquisição do acervo, uma vez que ela fundamenta uma atividade de identificação que deve ser desenvolvida, preferencialmente, antes das funções arquivísticas que visam a organização do arquivo. Conforme Rodrigues (2008, p 13-14), a tarefa de identificação também deveria ser vista como uma função arquivística, e só não é assim reconhecida por falta de sistematização da área.

Nesse sentido, espera-se um crescente desenvolvimento de estudos acerca da Tipologia Documental e da identificação enquanto função integrada ao fazer arquivístico no Brasil. E em todos os tipos de arquivo, já que a análise tipológica não se limita aos estudos de conjuntos documentais acumulados. Ela “serve também aos estudos da produção documental atual ao identificar os tipos documentais recorrentemente produzidos e suas variações formulares”. (RODRÍGUEZ, 2011, p. 71).

No que tange os arquivos permanentes, este trabalho constata, inclusive, a possibilidade de aplicar a Tipologia Documental em instrumentos de pesquisa, quando existir essa necessidade. Pois a presente análise se mostrou satisfatória para os objetivos traçados, visto que a partir do inventário foram identificados os elementos externos, internos e intermediários de cada um dos manuscritos descritos no instrumento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.

ATECOR. Coletânea Garibaldi: Anita Garibaldi de Wolfgang Ludwig Rau. *Documentos manuscritos à tinta ferrogálica*. Fichas de identificação de 1288 à 1358 – B/FCC. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Organização do Lazer. Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, 2005.

BARBOSA, Alessandra Andrade França. *Dicionário Ilustrado de Conservação de Documentos Gráficos*. Versão Corrigida. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Dissertação (Mestrado). São Paulo: 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25092019-144259/publico/2018_AlessandraAndradeFrancaBarbosa_VCorr.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 9 jan. 1991.

COUTURE, Carol; LAJEUNESSE, Marcel. *Les principes et les fonctions archivistiques*. In: COUTURE, Carol; LAJEUNESSE, Marcel. *L'archivistique à l'ère du numérique: les éléments fondamentaux de la discipline*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2014, p. 113-184.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manoel. Do colecionismo privado à musealização do objeto: a trajetória da coleção de Wolfgang Ludwig Rau. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.4, n.10, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9437>. Acesso em 23 fev. 2022.

FABEN, Alexandre; RODRIGUES, Ana Célia. Identificação de documentos de arquivo no Brasil: um olhar sobre as práticas em Arquivologia. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103458>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *A FCC*. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico>. Acesso em: 28 maio 2022.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Fundação Catarinense de Cultura cede Coletânea Garibaldi à UDESC Laguna*. Notícia, 15 maio 2016. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/noticias/18884-18884-fundacao-catarinense-de-cultura-cede-coletanea-garibaldina-a-udesc-em-laguna>. Acesso em: 15 maio 2022.

KARPINSKI, Cezar. Espectroscopia(s) e microscopia eletrônica de varredura para tratamento do patrimônio documental catarinense. *Projeto de Pesquisa*. Florianópolis, 2020.

LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS. LABCON/UFSC. Equipe de projeto de pesquisa do Labcon analisa documentos da Coletânea Garibaldina. *Notícia*, 20 out. 2021. Disponível em: <https://labcons.ufsc.br/2021/10/20/visitatecnica/>. Acesso em: 29 maio 2022.

MENEZES, Estera Muszkat. *Pesquisa Bibliográfica*. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2009.

RICHTER, Fabio Andreas. Coleção Garibaldina: intermediações e construções em um patrimônio catarinense. *Cadernos NAUI*, v. 5, n. 9, jul-dez 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/176906/Colecao%20%20Anita%20Garibaldi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 fev. 2022.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

RODRÍGUEZ, Sonia Troitiño. Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental. *Scire: representación y organización del conocimiento*, v. 17, n. 1, p. 65-72, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/167821>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA CATARINA. *Lei Ordinária nº 11.713, de 03 de maio de 2001*. Autoriza a Aquisição por Compra de Acervo Garibaldino. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-11713-2001-santa-catarina-autoriza-aaquisicao-por-compra-de-acervo-garibaldino>. Acesso em: 09 maio 2021.

SOUSA, Fábio Nascimento. *Funções Arquivísticas: contribuições para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação*. Monografia de especialização. Cachoeira do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SUIÇOS DO BRASIL. Wolfgang Ludwig Rau. Oppeln, Alemanha, 1916-2009. Disponível em: <https://www.suicosdobrasil.org.br/wolfgang-ludwig-rau>. Acesso em: 15 maio 2022.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na Arquivística contemporânea. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 5, n. 2, p. 79-92, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/73004>. Acesso em: 19 jun. 2022.